

# PLANO BRESSER EM DEBATE

## PLANO BRESSER EM DEBATE



MESA REDONDA  
PROMOVIDA PELO  
INSTITUTO TANCREDO NEVES,  
EM 03 de julho de 1987



PLANO  
BRESSER  
EM  
DEBATE

---

*Obra sem revisão dos autores*





## 1. APRESENTAÇÃO:

Os aspectos adversos da conjuntura econômica desenharam uma perspectiva de crise que pode comprometer o próprio esforço constituinte desenvolvido pelo País, no afã de construir uma sólida, duradoura e justa democracia.

O “Plano Bresser” é a mais recente medida governamental para reverter esse quadro extremamente sombrio.

Conhecê-lo nos aspectos fundamentais é necessidade imperativa de todos os que estão envolvidos no esforço nacional pelas mudanças: Políticos, Técnicos, Empresários, Profissionais Liberais, Trabalhadores — numa palavra: a Cidadania.

Fiel a seu objetivo de promover o debate da realidade brasileira, para ensejar uma ação política eficiente na construção e manutenção da Liberdade com desenvolvimento econômico e justiça social, o Instituto Tancredo Neves promoveu a Mesa Redonda que este opúsculo pretende reproduzir.

Brasília, julho de 1987

Deputado Lúcio Alcântara  
Diretor-Executivo



2. ABERTURA:

Deputado LÚCIO ALCÂNTARA  
Diretor-Executivo do Instituto Tancredo Neves;

Senador MARCO MACIEL  
Presidente do P.F.L.

O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA:

Convido para integrar esta Mesa Redonda, o Economista Paulo Guedes; o Economista e Jornalista Marco Cintra Cavalcanti de Albuquerque; o Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de São Paulo, Francisco de Assis Aderaldo, um conterrâneo que estou tendo a oportunidade de reencontrar depois de muitos anos; e o Empresário Lawrence Phy. Registro também aqui a presença do Senador João Menezes, que representa a Liderança do Partido da Frente Liberal e que está no exercício dessa Liderança, face à ausência do Senador Carlos Chiarelli, que deveria participar desta reunião, mas não pode fazê-lo, em função de um contratempo.

O Presidente do nosso Partido, o Senador Marco Maciel, vai dizer algumas palavras iniciais.

Estas exposições estão sendo gravadas e o nosso intuito é, no prazo mais rápido possível, publicá-las para um conhecimento geral, não só dos integrantes do nosso Partido como de todas aquelas pessoas que se interessam por esse plano.



O SR. SENADOR MARCO MACIEL:

Meu caro amigo e ilustre Presidente do Instituto Tancredo Neves, Deputado Lúcio Alcântara; meu caro Líder do nosso Partido no Senado Federal, Senador João Menezes; Srs. Parlamentares, Srs. Debatedores; Dra. Arabela Chiarelli, da Ação Liberal Feminina do nosso Partido; minhas Senhoras e meus Senhores:

Em rápidas palavras, direi da significação que tem para todos nós esta Mesa Redonda, em tão boa hora promovida pelo Instituto Tancredo Neves. Tenho sempre presente que um partido político tem que ter, como consequência de sua atividade permanente e de seus compromissos com o pacto do poder, um trabalho de acompanhamento das ações governamentais e também de articulação entre os desejos da sociedade e a ação do Governo. Por isso, entendo que um partido político tem por obrigação avaliar, acompanhar e até, por que não dizer, fiscalizar a ação governamental, quer ele se situe no nível de apoio de Governo, quer ele se encontre numa atitude de oposição. Não consigo antever uma democracia estável sem a existência de partidos estruturados e organizados que cumpram adequadamente esse papel. Enfim, os partidos políticos são instituições intermediárias por excelência e a eles cabe fazer a articulação entre Nação, Estado, Governo e Povo. E se isso vale como princípio geral, tanto mais importante será exercitar essa tarefa, sobretudo quando sabemos o momento que vive o nosso País, que busca consolidar suas instituições políticas, estabelecer práticas democráticas perenes e duradouras e criar também condições para que possamos desenhar um justo e correto, socialmente, projeto de desenvolvimento.

Dentro desse quadro, o Instituto Tancredo Neves deve subsidiar a ação do partido, para que ele possa cumprir a função de ser um canal de articulação entre Governo e Povo, ou seja, um canal que permita fazer com que as demandas da sociedade cheguem ao Governo, e possam, assim, ser devidamente avaliadas e observadas.

Estamos, neste momento, através desta Mesa Redonda, dispostos a iniciar um trabalho, talvez pioneiro na vida dos partidos políticos, com vistas a apreciar o desenvolvimento de um programa governamental que interessa fundamentalmente à sociedade brasileira, esse Plano que foi, de alguma forma, denominado pela Imprensa de Novo Plano Cruzado, ou de Plano Bresser, que, embora se caracterize por uma vigência relativamente limitada no tempo, tem o objetivo de criar algumas precondições mínimas, para que o País possa julgar adequadamente seu processo inflacionário e estabelecer os pressupostos indispensáveis a retomar o processo de crescimento, criando condições, assim, de melhor desfrute por parte da população dos resultados desse esforço desenvolvimentista. Evidente que um Plano de tal natureza não pode ficar sem o acompanhamento de nosso Partido. E mais, achamos até, que o nosso Partido tem o dever não apenas de acompanhar o Plano como até de criticá-lo e levar ao Presidente da República e aos Ministros de Estado reflexões que a partir daí forem produzidas.

Efetivamente para que esse Plano possa, como diz o Presidente José Sarney “dar certo”, é indispensável que ele conte com um vasto acompanhamento, porque ele envolve não somente os mecanismos de congelamento de preços, e aí temos que admitir que esse controle deva efetivar-se sobre todo o espaço territorial brasileiro, como também envolve outras questões delicadas, como a questão salarial, a questão de controle do déficit público, que passa naturalmente por uma ação fiscalizadora com relação ao papel dos Estados e Municípios, dos Governos estaduais e municipais e também do próprio desempenho da máquina governamental.

Por isso, todas essas questões devem ser discutidas, dentro de uma óptica tanto quanto possível abrangente, ou seja, envolvendo não apenas os políticos, nós que integramos o nosso Partido — Deputados Federais, Senadores, os órgãos de cooperação partidária, como também discutidas com a participação dos economistas, enfim, dos iniciados, dos conhecedores da doutrina econômica e, também, daqueles que, de alguma forma, são alvo de ação desse Plano, inclusive a sociedade, de modo especial os trabalhadores, os empresários etc.

Esta Mesa Redonda, como disse, em boa hora realizada pelo Deputado Lúcio Alcântara, tem também o objetivo de propiciar para que tenhamos uma visão tanto quanto possível completa do Plano Bresser. E, mais do que isto, serve também de subsídio não apenas à ação do Governo como à ação da própria Bancada, pois nós que integramos as Bancadas do nosso Partido desejamos saber, pela palavra dos especialistas, como o Plano vem sendo recebido e como está sendo cumprido e realizado.



Para concluir, as observações que hoje serão feitas vão nos permitir este resultado, e vão fazer também com que o Instituto Tancredo Neves, que se consolida na vida partidária como instituição indispensável ao bom desenvolvimento das ações do nosso Partido, possa, cada vez mais, prestar uma contribuição melhor, não apenas ao nosso Partido, *stricto sensu*, como ao estado partidário em geral e mais do que isto, à sociedade brasileira.

Ao felicitar o Deputado Lúcio Alcântara por esta contribuição, quero dizer também o quanto apreciamos o interesse demonstrado e a colaboração que nos foi, desde agora, assegurada pelos eminentes Debatedores e Expositores desta manhã.

A isto somos muito gratos, porque, sem a presença deles — Economistas, Empresários e Representantes Sindicais —, não poderíamos ter bons resultados no cumprimento de nossas tarefas. Cumprimento-os portanto, pela colaboração que prestam ao Partido e ao Instituto Tancredo Neves, e formulo os melhores votos para que essa avaliação possa, efetivamente, representar uma contribuição extremamente válida aos objetivos que todos nós perseguimos: o de criar as condições para que o País possa desenvolver-se de forma equânime, justa e correta.

### 3. SENADOR JOÃO MENEZES, COMO LÍDER, EM EXERCÍCIO, DO PFL

O SR. SENADOR JOÃO MENEZES

— Sr. Presidente, gostaria que V. Exa. me concedesse a palavra rapidamente. (Assentimento da Presidência)

Sr. Presidente do Instituto Tancredo Neves — Deputado Lúcio Alcântara, eminente Senador Marco Maciel — Presidente do nosso Partido, Srs. Debatedores:

É de suma importância reuniões como esta, de que estou participando pela primeira vez como Membro do PFL.

Infelizmente, hoje não está aqui o nosso Líder, o Senador Carlos Chiarelli. S. Exa. tem sido um bravo companheiro nessa luta econômica do País. Tenho tido a sorte de acompanhá-lo nos vários contatos, como o que fizemos com o Ministro Bresser, no Ministério da Fazenda, e sei da luta que S. Exa. tem tido no sentido de colocar o nosso Partido dentro dos acontecimentos que aí estão.

Não tem sido fácil, porque, geralmente, quando o assunto chega no PFL já está resolvido e ficamos, muitas vezes, sem condições de poder até opinar,

porque os assuntos já vêm prontos. Indagado por um dos assessores do Sr. Ministro, disse-lhe o Senador Carlos Chiarelli que também era favorável a uma medida de choque, que havia necessidade de se fazer alguma coisa, que não se podia ficar olhando de braços cruzados este País caminhar como estava caminhando, sem nenhuma providência.

Segunda-feira, veio para cá um projeto de lei do qual não participamos, um projeto feito às carreiras, que não havia necessidade de ser às carreiras, e nós tivemos no fim que arcar e lutar contra ele. Mas o que podemos fazer?

É voz corrente que o Cruzado III é um projeto já para fazer a eleição do ano que vem. Para os governadores e prefeitos no ano que vem fazerem a eleição.

Estou falando aos Senhores do fato político. Existe o fato econômico, mas temos, além do econômico, o fato político. É por essa circunstância que estamos aqui.

Nós é que temos o contato com o público. O Presidente do Partido é o responsável pela posição que o PFL adota. E que explicação vamos dar? A explicação tem que ser não só teórica como prática.

Deve-se dizer a coisa exatamente como é. Sobre este fato, estamos reclamando e estou aqui, talvez, interrompendo o debate, mas não poderia deixar de trazer este sentimento que estou sentindo em todo o Partido, em quase todos os Estados.

Espero que essas reuniões proliferem e o PFL passe, também, a tomar parte nessas decisões. O PFL não pode estar recebendo tudo pronto para votar no Senado e na Câmara, para não acontecer o que aconteceu com esse rolamento da dívida. Espero que esse fato não aconteça mais.

Peço desculpas por esta interrupção, mas não podia, não sairia bem comigo mesmo se não fizesse esta pequena digressão sobre o assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### 4. EXPOSIÇÕES INICIAIS PELOS DEBATEDORES CONVIDADOS:

##### 4.1 — ENCAMINHAMENTO PELO DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA:

O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA

— Feitas as oportunas observações pelo nosso companheiro Senador



João Menezes, do Pará, que ressaltou o interesse e a ação obstinada do Senador Carlos Chiarelli em relação a esse assunto, razão pela qual adiamos a realização desta reunião para hoje, mas, infelizmente, problemas de transporte impossibilitaram o Senador Carlos Chiarelli de estar aqui; o Senador João Menezes teve oportunidade de expor algumas preocupações de natureza partidária e de aspirações, que o Partido tem de participar dessas decisões de Governo, para que possa, inclusive, dar-lhe a necessária sustentação política e parlamentar.

Vamos, então, iniciar nossos trabalhos propriamente ditos, ouvindo, inicialmente, o Economista Marco Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Diretor da Escola de Administração da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo e Articulista do jornal *Folha de S. Paulo*. Em seguida, passaremos a palavra ao Empresário Lawrence Phy, de São Paulo, e, na sequência ao Sr. Francisco de Assis Aderaldo e ao Economista Paulo Guedes.

#### 4.2 — MARCO CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE<sup>(1)</sup>

##### O SR. MARCO CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE:

— Deputado Lúcio Alcântara, é com grande satisfação que compareço a esta reunião do Instituto Tancredo Neves. Não podia perder a ocasião para parabenizar o Presidente do Instituto pelo dinamismo que vem imprimindo a este Órgão do Partido, que se transforma rapidamente num centro importante de discussão sobre a realidade nacional, do ponto de vista econômico, social e jurídico. É com grande prazer que participo desta promoção do Instituto Tancredo Neves.

Rapidamente farei alguns comentários sobre o Plano Bresser, para depois entrarmos numa fase de discussões.

Não poderia analisar esse Plano sem estabelecer um ponto de comparação, um ponto de referência, que naturalmente é o Plano Cruzado I.

O Plano Cruzado I sempre foi tido, por todos, como um plano muito bem elaborado, uma concepção correta, mas sofreu um pós-operatório deficiente. Esta é, normalmente, a idéia que ficou do Plano Cruzado I.

Desde o início desse Plano discordei dessa visão. Sempre achei que o Plano Cruzado I teve alguns erros de concepção, erros de desenho que, efetivamente, comprometeram seu sucesso. Além disso, além desses erros de concepção, que logo de início me fizeram um pouco descrente com relação às suas possibilidades de sucesso, o Plano acumulou, aí sim, alguns erros ditos pós-operatório, alguns erros de diagnóstico e mesmo alguns erros de imple-

(1) Marco C. C. de Albuquerque é Economista, Diretor da Escola de Administração da F.G.V.-SP e articulista especializado do Jornal A Folha de São Paulo.

para o mercado interno. De modo que o sucesso do congelamento nessa primeira fase é fundamental, não só para que se estabilize a inflação num patamar baixo, mas também para que se comece um processo de crescimento do mercado interno, através da recuperação do poder aquisitivo dos salários.

Outra consideração extremamente importante para o sucesso do Plano Cruzado, daqui para a frente, é o Plano de Consistência Econômica, que o Ministro ainda não divulgou, mas que deverá pelo menos estabelecer algumas regras básicas, que compatibilizará a política econômica a uma economia que funcione com patamares inflacionários baixos. O grande problema desse Plano de Consistência Econômica, evidentemente está na questão do déficit público. Em realidade, disso vai depender não o resultado imediato do choque, mas sim a estabilização mais a longo prazo da economia. E as dificuldades estão sendo muito grandes, pelo que eu saiba. Atualmente, o déficit público está estimado em torno de 7%; existem tentativas para se identificar pontos onde ele pode ser reduzido, para que chegue a níveis de 3%. Para os próximos anos a idéia é se reduzir ainda mais o déficit público.

O problema fundamental do Plano Bresser nessa área do déficit público é que hoje em dia o Governo, em realidade, dos três instrumentos de política econômica fundamentais que existem e que devem ser utilizados na formulação de qualquer política, ou seja, política monetária, política cambial e política fiscal ele só tem dois, que são a política monetária e a política cambial. O instrumento de política fiscal não existe no Brasil, uma vez que o déficit público é estrutural, existem forças que impedem o seu corte efetivo, pressões de toda ordem, de tal forma que a proposta do Plano Bresser no sentido de recuperar o uso desse instrumento, a política fiscal através da unificação de orçamentos, que esses orçamentos sejam aprovados, controlados e acompanhados pelo Congresso, e que o Banco Central se torne independente, é fundamental para que o plano de estabilização se transforme num sucesso não apenas de alguns meses, mas a prazo médio e longo. E, evidentemente, a própria questão do déficit público envolve também uma decisão política, como um Senador havia mencionado, que é a questão do tamanho do estágio. É muito difícil pensar em termos de cortes de gastos, de cortes de déficits, de 6 para 3%, para 2%, eventualmente chegar a um superávit sem que se discuta a questão do tamanho do Estado na economia; não são questões distintas, não se pode pensar em termos de redução de cortes mantendo tamanha participação do Estado na economia as duas coisas precisam caminhar paralelamente, ou seja, para que o corte do déficit público tenha sucesso, para que haja algum controle orçamentário, para que se recupere a efetividade desse instrumento, que é a política fiscal, no momento, nas circunstâncias atuais da economia brasileira. Há necessidade também que se questione o problema do tamanho do Estado, o peso do Estado, a participação dele dentro da economia brasileira.

E, finalmente, gostaria de enfatizar também que algumas linhas de política, digamos, social precisariam também ser tratadas como coadjuvantes de



um plano de estabilização econômica. Refiro-me especificamente a uma reforma tributária; quando eu digo reforma tributária não estou me referindo apenas a nível de distribuição de recursos entre poderes federal, municipal ou estadual, mas também a nível pessoal.

Não sei se os Srs. viram, ainda nesta semana o meu colega de Fundação Getúlio Vargas, Eduardo Suplicy, publicou um artigo na *Folha de S. Paulo* onde mostra a questão da distribuição de renda no Brasil, que realmente é uma coisa que precisa ser tratada com muito mais seriedade, aonde 1% da população mais rica detém aproximadamente 45% da renda nacional, isso vem decrescendo somente 13%. Esses dados constam de um artigo que ele publicou na *Folha de S. Paulo*.

Parece-me fundamental que para que um plano de estabilização tenha sucesso — e quando eu digo sucesso, não é a curtíssimo prazo, mas a médio e longo prazo — se etirpe também um problema ou um dos componentes que eu chamaria de pressões estruturais da inflação, que é o conflito distributivo — e isso existe dentro das pessoas, a partir das injustiças em que uma sociedade está estruturado como a nossa, a partir desses dados que eu mencionei. De modo que uma reforma tributária séria, que aumente a progressividade do imposto de renda, que taxe ganhos de capital parece-me que não seriam alterações que pudessem deixar de acompanhar um plano de estabilização sério, como me parece que o Plano Bresser o é. Tenho bastante confiança no sucesso do Plano Bresser. Creio que ele partiu de uma circunstância muito diferente do Plano Cruzado I, que era uma euforia muito grande, e que a partir desse tempo só poderíamos, evidentemente, entrar numa fase de declínio em termos de aceitação popular. O Plano Bresser, pelo contrário, deu as más notícias primeiro; possivelmente nós vamos ter oportunidade de discutir um pouco se há ou não arrocho salarial com relação a esse Plano. A minha posição é de que, de imediato, não há, ele susta a queda do poder aquisitivo dos salários que vinha, essa sim, ocorrendo aceleradamente por causa das recomposições pelo gatilho salarial, que não protegeu o salário dos trabalhadores. O quanto antes esses preços forem flexibilizados mais rapidamente nós teremos uma recomposição desses salários.

Gostaria de encerrar aqui, para não me alongar demais, e depois, eventualmente, ao longo das discussões poderíamos abordar outros aspectos.

Muito obrigado.

O SR. LAWRENCE PHY

— Sr. Deputado Lúcio Alcântara; Senadores e Deputados. É um privilégio poder estar aqui, para tecer alguns comentários em relação ao Plano do Ministro Bresser.

Gostaria de começar com um breve relato do pano de fundo em que este Plano surgiu.

O Plano de estabilização do Ministro Bresser encontrou a economia em total desorganização; os preços relativos estavam desajustados e a inflação galopante, aos níveis de 25 a 30% e subindo. A queda do poder aquisitivo do assalariado era evidente, uma vez que o gatilho jamais conseguiu acompanhar a inflação, porque sempre vinha atrás. O fato de o gatilho ser disparado após o aumento do preço, já em si representava uma queda de poder aquisitivo.

Neste quadro em que o País estava partindo para uma situação de hiperinflação e de desestruturação da economia, medidas urgentes eram necessárias.

O Ministro Bresser, de alguma forma, reeditou, com modificações importantes, o plano do ex-Ministro Sayad, que em fevereiro tinha uma oportunidade e uma situação mais adequada para implementar o plano do que no momento em que o Ministro Bresser o fez.

Esse Plano eu o considero como um plano emergencial, um plano de “apagar um incêndio”. Esse Plano não é abrangente, não pretende resolver todos os problemas econômicos do País. O Plano endereça especificamente um item que estava desorganizando a economia do País, qual seja a inflação galopante. Esse plano tem o objetivo de estancar esta inflação e é flexível, não se constitui em um engessamento da economia, como aconteceu com o Plano Cruzado I.

Sob esse aspecto, naturalmente, no plano de conceituação ele atende às necessidades do momento e vai-se modificando de acordo com essas necessidades.

As medidas puramente fiscais e monetárias não serão suficientes para frear a inflação. Foi por esse motivo que o Plano Bresser procurou a estabilização da economia muito mais pela queda da demanda do que pelo próprio congelamento. Congelamento é realmente mais discurso para consumo externo, do que algo que é viável, uma vez que nem o Estado detém os mecanismos e os instrumentos para policiar esse congelamento.

A nível de poder aquisitivo, desde o pico do salário de 1986 houve uma queda, aproximadamente, de 30% até o mês de maio. O Plano Bresser procurou congelar essa perda num nível que era suficiente para segurar os preços e, espera-se, não tão grande para trazer uma recessão. Este o ponto de equilíbrio fundamental para o sucesso do Plano, que será conseguir adequar a demanda a oferta disponível.

As atividades econômicas vêm-se reduzindo durante os últimos três me-

ses e um quadro de forte desaquecimento está aparente neste momento. Os salários, com o Plano Bresser, terão uma perda em torno de 25%, que é menor do que a perda de maio, porque a recomposição se faz parcialmente no mês de junho, com o disparo do gatilho referente à inflação de maio. Porém, perderá um percentual referente à inflação de julho e agosto, uma vez que a partir do descongelamento o salário será reajustado com a média dos últimos três meses, concretizando-se mais uma perda.

O objetivo, de um lado, é estabilizar os preços e, de outro lado, gerar um excedente exportável, uma vez que não é apenas para atender à necessidade de estabilização de preços, mas também para recompor, parcialmente, as reservas do País. Não se pode dividir o quadro econômico do País apenas nos problemas internos, mas teremos que endereçar, concomitantemente, os problemas externos, qual seja, a reserva, a negociação da dívida.

Vejo o Plano do Ministro Bresser como uma necessidade dentro da conjuntura atual. Entendo, também, que esse Plano certamente não é um plano popular, na medida em que traz um desaquecimento, congela os preços, desagrada o empresário e o trabalhador, concomitantemente. Mas, a seriedade e a gravidade da situação econômica impõem essas medidas.

Juntamente com esse Plano podemos tecer alguns pontos positivos: um deles seria a unificação dos orçamentos e a retirada do papel do banco de fomento por parte do Banco Central. Essas medidas são direcionadas para um eventual controle dos gastos públicos — a dívida pública e o déficit público são fatores que compõem um aspecto mais amplo, porém a necessidade é conter os gastos e não apenas reduzir o déficit público. Sobre esse aspecto do déficit público, convém salientar que as empresas estatais a nível federal representam apenas 8% do PIB e, juntamente com as empresas estaduais e municipais apenas 3% do PIB. O tamanho do Estado é grande mas não tão grande que cortando os investimentos das empresas estatais, que é necessário para a infra-estrutura, resolve o problema do déficit público.

O orçamento está dividido, basicamente, em três fatores:  $\frac{1}{3}$  para o serviço da dívida,  $\frac{1}{3}$  para custeio e  $\frac{1}{3}$  para investimento. Cortando os gastos, podemos atingir, provavelmente, o setor de custeio mas, devemos pensar muito bem como vamos reduzir os investimentos como infra-estrutura, por exemplo, energia, transporte e telecomunicações. Sobre o aspecto de reduzir o déficit público, o Ministro Bresser fez uma projeção de 6,7%, que procura reduzir 3,5% este ano, 2,2% ano que vem, e provavelmente zerar no ano de 1990.

Essas medidas são importantes na exata extensão de que o déficit público é inflacionário, para nunca deixar que o corte seja de tal ordem para prejudicar o crescimento do País.

Os fatores principais que levariam o Plano Bresser a ser considerado um plano de sucesso se fundamentam em dois pontos: o primeiro, a infla-



ção dos próximos meses. Se o Governo não conseguir segurar a inflação abaixo dos 5%, a desestruturação de preços e salários voltará novamente. O Governo tem a dificuldade, de um lado, de não poder aquecer demais a economia, com o risco de voltar a inflação e, de outro lado, se for muito forte a contenção, terá o problema da recessão. A dosagem dessa medida é extremamente difícil, numa economia tão complexa como a nossa. E, as medidas tomadas pelo Governo, não necessariamente têm o efeito dessa magnitude, nem do prazo determinado ou esperado pelo Governo.

Então, um fator seria tentar colocar a economia nos trilhos, segurando a inflação, mantendo ou descongelando os preços e reajustando os salários num nível razoável. Outro fator que é muito importante são os juros reais. Se o Governo não elevar os juros reais correrá o risco de transferência de recursos para outros ativos, por exemplo, especulação com estoques, outros ativos menos produtivos como o ouro, ou o mercado paralelo do dólar. Por outro lado, se o Governo aumentar demais, os juros reais pesam substancialmente sobre a dívida interna, que é de 60 bilhões de dólares, aproximadamente, também pesará sobre a conta do Governo, de um trilhão de cruzados, nas cadernetas de poupança.

Esse desequilíbrio contínuo que o Governo tem que equacionar é quase como andar sobre uma corda bamba, sem falar das óbvias pressões políticas, como a queda substancial do salário. Realmente a tarefa é extremamente difícil.

Na área externa, os últimos resultados indicam que haverá recomposição das reservas. O Fundo, hoje, prepara um relatório sobre o Plano Bresser e sobre o estado atual da nossa economia. Com esse relatório, supõe-se que as agências multilaterais internacionais firmarão acordo com o Brasil referente à dívida com essas instituições.

A próxima etapa será a negociação com os credores.

Não vejo o Plano Bresser como sendo uma imposição do Fundo Monetário Internacional nem como ingerência externa na condução da política econômica do Brasil. Vejo-o como uma necessidade conjuntural: amargo remédio, mas necessário.

Critica-se que esse Plano não conteve nem reduziu os gastos públicos, mas executou uma transferência da sociedade para o Estado, através de aumento das tarifas e queda dos subsídios. E não houve um aprofundamento dos cortes necessários para equilibrar o déficit público.

Isso, em parte, é verdade. Houve uma transferência que melhorou o perfil da dívida e do déficit, mas por parte do Governo ainda não houve medidas concretas até este momento. Elabora-se no Ministério do Planejamento um estudo para esse efeito, que virá futuramente. O conteúdo ainda é desconhe-

cido.

Fica claro que o Plano Bresser dividiu uma conta que a sociedade acumulou com o Plano Cruzado I entre dois segmentos da sociedade, qual seja os trabalhadores de um lado, que arcaram com um peso maior e, de forma indireta, em menor proporção, os empresários. E o Governo contribuiu com a prorrogação e a execução de projetos, cuja viabilidade às vezes questionável. Então, há um desequilíbrio na divisão da conta na sociedade.

O Plano Bresser merece apoio, porém é importante exigir do Governo uma reavaliação dos projetos que sejam realmente prioritários, maior seriedade na administração de coisa pública. Sem isso, o Plano Bresser não obterá sucesso.

Finalmente, o Plano Bresser é apenas um prefácio do plano de consistência macroeconômica, que está em elaboração neste momento. Alguns pontos que esse plano deveria endereçar: qual seria o objetivo do crescimento desejado do PIB do País para acomodar um contingente de um milhão e setecentos mil trabalhadores que ingressam no mercado anualmente? Qual a proporção da redução do déficit público necessário, sem constranger os projetos de interesse para o crescimento do País? Terceiro, de que forma podemos priorizar os investimentos públicos? Quais os setores que merecem mais atenção e quais setores podemos protelar ou, simplesmente, eliminar? Qual o nível de salário real que a sociedade deseja? Qual o nível de transferência de capital líquido para o exterior que o Brasil está disposto a transferir anualmente?

Todos estes pontos devem ser endereçados pelo Plano de Consistência Macroeconômica. Vejo no Plano Bresser apenas o primeiro passo para “apagar o incêndio” do momento. Mas o plano real para estabilizar a economia do País e levá-la a um crescimento contínuo está contido no plano em elaboração.

#### 4.3 – FRANCISCO DE ASSIS ADERALDO <sup>(2)</sup>

##### O SR. FRANCISCO DE ASSIS ADERALDO

– Em primeiro lugar, para parabenizar a Fundação Tancredo Neves e ao PFL por esse debate, porque no momento em que o País atravessa essa crise política e financeira profunda é muito importante a troca de informações, de idéias e o conhecimento recíproco dos vários segmentos sociais que convivem nessa Nação.

(2) Francisco de Assis Aderaldo é Presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados de São Paulo e vinculado ao DIEESE.

O movimento sindical como um todo, tem uma posição quase unânime em relação ao Plano Cruzado III.

Trouxe para discussão alguns dados levantados pelo DIEESE, produto de discussão entre aos vários sindicatos, federações, entidades de trabalhadores de modo geral, a respeito das consequências e seqüelas desse Plano. Afora, algumas outras considerações, vamos nos reportar principalmente à questão dos salários dentro do bojo desse Plano.

Vemos que o Plano Cruzado I, quando foi lançado, além da surpresa inicial, porque, na verdade, o Plano Cruzado I, quando aconteceu se contou com o elemento surpresa na sua implementação, no seu lançamento. Quando ele foi lançado, foi saudado por todo o País, por toda a Nação, porque, basicamente, trazia, como premissa, o congelamento de preços que é, uma esperança, um anseio de todos os segmentos sociais. E trazia também novas regras de reajustamentos salariais.

Naquele momento, as regras de reajustes salariais se consubstanciaram num cálculo que pregava os últimos seis meses, setembro de 1985 a fevereiro de 1986, embora os trabalhadores tivessem uma queda momentânea de salário, na medida em que — os salários retornavam apenas seis meses — enquanto os preços carregavam o produto de doze meses — os preços foram congelados acima, pelo pico — os trabalhadores, de certo modo, não tiveram um impacto tão grande quando tiveram agora com o Plano Cruzado III. Mesmo assim, já naquela época, em relação à perda, lembramos que os trabalhadores que tinham data-base em março e que teriam pelas regras anteriores um reajuste garantido — era um direito adquirido por eles, pelas regras vigentes — teriam um reajuste de 105.4%, com o Plano Cruzado I eles tiveram um reajuste de apenas 52%. É o caso dos bancários e de várias outras categorias que tiveram essa perda inicial. Mas isso foi absorvido com relativa facilidade em função da esperança que era trazida com as medidas de congelamento, de fiscalização dos preços, das quais o povo, de um modo geral, participou, com a promessa de que o gatilho, a escala móvel de salários, reporia essa média ao longo do processo, ao longo da vida. Entretanto, o processo inflacionário fugiu ao controle e fugiu às expectativas oficiais, os preços fugiram às expectativas de fiscalização, e os salários começaram a sofrer perdas crescentes a partir daí.

A partir do Cruzado II, o que aconteceu? Quando aconteceu o descongelamento dos preços, e a volta da inflação, começaram a se acumular as perdas dos trabalhadores. Na medida em que os gatilhos disparavam, só depois que se alcançava o patamar de 20%, dos níveis inflacionários, quer dizer, quando a inflação já se havia dado. Como lembrou um dos palestrantes, o salário é recebido já com 30 dias de defasagem, entre a prestação de serviço e o recebimento desse salário.

Para se ter uma idéia, o salário médio real, de março de 1986 a abril de 1987, agora, ele já havia sofrido uma diminuição de 21% — ele era 21% infe-



rior, o salário de abril de 1987, ao salário de março de 1986.

O acúmulo dos resíduos, também, até uma crítica que nós fazemos à escala móvel de salários, o acúmulo dos resíduos também aumentava essa perda, aumentava essa defasagem em relação ao recebimento, à recomposição do salário e a inflação real vivida pelo assalariado. Chegamos, dentro desse quadro, já dessas perdas acumuladas, ao Cruzado III.

Discordamos, inclusive, permitimo-nos discordar em relação às medidas do Cruzado III. No nosso ponto de vista, não só houve arrocho salarial, como também houve um confisco de salário, basicamente, em relação à inflação de junho de 1987.

Para começar, uma das medidas que nós criticamos em relação ao Cruzado III é que as regras de jogo foram mudadas abruptamente em relação à recomposição dos salários. O gatilho que era então disparado, disparava como compensação da inflação passada; as novas regras não consideram a média dos períodos anteriores e sim o poder aquisitivo do mês de junho — nesse caso da última recomposição de salário. Considera com o gatilho de maio, nesse caso, uma compensação da inflação de junho. Pelo menos é o que se lê nos artigos, é o que se afere do que fala o Ministro Bresser Pereira.

Além dessa mudança de filosofia da compensação, o mês de junho foi totalmente perdido. Lembramos que inclusive no Inciso III do art. 4º do Decreto-lei Bresser Pereira, se fala que o cálculo da primeira URP, recomposição se dará em cima do mês de julho. Ora, todos receberam o último gatilho, a última recomposição de salário em relação à inflação de maio, e a URP — está certo que ela pretende recompor os salários, mas ela pretende recompor os salários com a inflação do mês de julho. A inflação do mês de junho, na verdade, desapareceu, não foi considerada na recomposição desses salários. Então, junho sumiu.

Concordamos quando o companheiro Marco Cintra fala que quando for levantado o congelamento, pode ser até amanhã, pode ser em agosto, pode ser em setembro, então a URP iniciará a recomposição desses salários. Muito bem, agora, o que está consubstanciado no decreto-lei? As regras estabelecem que a URP começará a recompor os salários, será calculada quando o congelamento for levantado, quando chegar a flexibilidade. Ela não determina nem o mês. Do jeito que nós podemos nesse caso trabalhar em termos de hipótese nós podemos dizer que também a URP poderá começar a funcionar em outubro. O que há, na verdade, é que mesmo quando essa recomposição for feita, ela vai ser feita em cima do trimestre anterior. E a não ser que a inflação seja zero, o que eu acho que nenhum de nós acredita que consigamos chegar, quem dera chegar a essa inflação zero, nós perdemos novamente, porque nós estamos vivendo tendo o salário recomposto por uma inflação do trimestre anterior. Além do mais há outra característica, que se ouve até muito fa-

lar, popularmente, que é a questão do resíduo, que está apelidado pela população como “Carnet Sarney”, ou seja, nós vamos receber esse resíduo após a flexibilidade, parcelado em seis vezes. Se, do ponto de vista da vida real, do ponto de vista do social nós pudéssemos, também, com as nossas despesas como chefes de famílias, que cada um de nós é, de salários de empregados, de colégio de filhos, de supermercado, nós também, fazer a mesma operação, eu diria que seria justo esse mecanismo. Mas não acontecendo, o resíduo sendo reposto em seis parcelas somente ao fim do congelamento, digamos que sejam 90 dias de congelamento, como está acenado, como previsto, adia a incorporação do salário até março de 88, em sua última parcela. Quer dizer, houve uma mudança — é bom salientar — houve uma mudança nas regras do jogo. Abro um parêntese para colocar uma ação que o nosso sindicato tomou em relação a essa questão. Vamos chegar um pouco mais adiante, pretendo encerrar minha falação nesse aspecto, além das conseqüências que o movimento sindical vai tirar disso aí. Na semana passada estivemos em Brasília, entramos com uma representação ao Procurador-Geral da República, argüindo a inconstitucionalidade do “pacote”, pela violação de direito adquirido, que é justamente essa mudança da regra de jogo, o confisco dentro disso, da inflação do mês de junho, e o tratamento desigual — notória desigualdade em tratamento sócio-econômico aos cidadãos. E vamos chegar lá, porquê. Sem esquecer que a inflação de junho, essa inflação que foi esquecida, ela incorporou os aumentos de combustível, de pão, de leite, de telefone e de energia, quer dizer, dentro dessa inflação que está esquecida, estão esses substanciais aumentos de tarifas que foram colocados.

Dentro da sistemática ainda de salários, dentro do decreto-lei que regula as novas negociações, se os sindicatos não negociarem aumentos de salários, esses salários cairão ainda mais. Enquanto isso para os preços já se prevê uma flexibilização deles e alguns deles já estão sendo ajustados. A partir do fim do congelamento, então, os salários serão reajustados pelo trimestre anterior.

Afora essas considerações, questionamos também quando o Ministro Bresser coloca o problema da demanda, que era preciso reprimir essa demanda no sentido de recompor a balança, eliminar o déficit interno, e outros argumentos mais de caráter econômico. Queremos lembrar alguns dados para os senhores. Quando se fala em conter essa demanda, em reduzir o poder de compra, além das conseqüências de desaquecimento da economia, temos que ver o seguinte: relação à questão salários, dentro dessa massa de renda nacional, lembramos que em 1986, dados não contestados, o salário real médio cresceu apenas 4,9% — a massa de salários — os rendimentos dos empregados e autônomos, cresceram respectivamente 22.8 e 30.7%. Dentro dessa massa de salários que representa essa demanda a ser reprimida, a massa de salários cresceu no ano passado apenas 4.9%. Então, dentro dessa demanda, caracterizar-se o salário como um fator inflacionário principal carece de maior fundamento na medida em que os salários têm sim seu peso aí dentro, mais pelo próprio crescimento que essa massa de salário teve avaliamos que esse peso



não é preponderante ou não é fundamental, porque pesam, além disso, o nível de emprego, a renda disponível em geral, da qual o salário não é a maior e, ainda, a fuga, que foi falada pelo Lawrence, se não me engano, a fuga do mercado financeiro, principalmente para outros tipos de aplicação.

Na verdade, essa contenção de demanda, quando ela penaliza o salário dessa forma, deve ser criticada, porque não é o salário o ponto fundamental disso aí.

Outra questão, que também foi discutida, dentro do âmbito sindical, que o pacote não é neutro em relação à distribuição de renda. Na verdade, foi transferida a renda da sociedade e, basicamente, dos assalariados para alguns setores. Para o setor estatal, por exemplo, pelo fim dos subsídios, pelo aumento das tarifas públicas, pelo aumento de preços de produtos das estatais, como aços e combustíveis. Também, se transferiu alguma renda nessa arrumação do decreto-lei para os exportadores, para desvalorizar os setores exportadores, pela desvalorização da moeda e pelo arrocho salarial que reduz os custos e alguns setores do empresariado — e entramos numa outra questão delicada do Plano Bresser Pereira — que souberam ler, politicamente, a sinalização de intenções administrativas e intenções políticas do Governo, porque o anúncio, as entrevistas todas apontavam no sentido de uma alteração de preços, no sentido de um novo congelamento. E é verdade que quando as novas tabelas saíram já encontraram nos supermercados um preço bem acima do que o praticado atualmente, isso, além do que — por exemplo, no nosso Estado, em São Paulo, os companheiros que são de lá sabem muito bem, no comércio, na indústria já tínhamos dois preços: um preço que era o preço seguro do congelamento. Eles diziam: “Não, custa 100 cruzados mas eu te vendo por 70, dando uma redução”. Então, o preço realmente praticado era baixo mas já se tinha o patamar superior de segurança que quando veio o congelamento, que não foi congelamento para esses setores, na verdade, contemplou já uma especulação daqueles que souberam ler as sinalizações de mudanças que haveria na economia.

E, finalmente, para o setor financeiro, também, foi transferida uma parte dessa renda, ocasionada pelas mudanças econômicas — é que se pratica a política de juros, reais e positivos, como promessa do Governo, também, transfere para essa área uma parte desses recursos.

Entendemos que essa política praticada, na verdade, esse decreto-lei Bresser Pereira tem muito a ver com a questão da dívida externa, porque ele obedece, basicamente, as recomendações ou as orientações do Fundo Monetário Internacional quando ele pratica algumas das medidas preconizadas por esse Fundo. Com o fim dos subsídios — no caso, o fim do subsídio do trigo, que resulta imediatamente no aumento do preço dos produtos de consumo popular, na desvalorização da moeda que, além de aumentar essas reservas que, seguramente, ajudam a garantir o pagamento da dívida externa, ele visa a aumentar o superávit comercial. E o objetivo final que, no nosso entendi-

mento, seria direcionar esses recursos não ao desenvolvimento interno mas ao pagamento da dívida. A contenção dos gastos públicos que, junto com a compressão, com o arrocho salarial, nós não encontramos nesse projeto, talvez no Plano, agora geral tenha o que fazer com esses gastos públicos e com a economia que esses gastos proporcionarem com a estratégia que será colocada. Isto, até agora está transparente, até agora nós não enxergamos as medidas, o que fazer com essa economia propiciada pelos cortes. E, outra, a contenção e redução dos salários que já nos reportamos um pouco a esse respeito.

Finalmente, Srs., estas são algumas considerações que, do ponto de vista do movimento sindical nós temos discutido e que nós temos sentido. Hoje, em São Paulo a indústria automobilística está fazendo demissões em massa. A indústria de alimentação está demitindo em massa e já se vislumbra em outros setores. Na área em que nós militamos, a área de processamento de dados, na área de serviços ainda não caiu o nível de emprego, mas na área de fabricação de computadores e equipamentos periféricos, eletrônicos, que está ligada ao setor metalúrgico, o desemprego já chegou e as concordatas e falências, também, estão se sucedendo nas pequenas empresas que não vão conseguir sobreviver à nova realidade.

A nossa preocupação em relação a esse Plano, em relação à situação nacional, é uma preocupação de responsabilidade não só corporativa, em termos de manutenção do emprego, manutenção da renda e das condições de qualidade de vida, mas é uma preocupação, também, com os rumos que toma este País dentro dessa situação. Os últimos acontecimentos do Rio de Janeiro, de Goiânia, ontem, no Rio Branco, demonstram que essa medidas de natureza econômica se não tomadas em consonância com a sociedade e com base em seu apoio, o apoio dos empresários, dos trabalhadores, de todos os segmentos sociais, vamos ter, por volta do mês de agosto, setembro, mais ou menos, quando o assalariado já tiver sentido em seu bolso, dois ou três meses dessa nova situação, uma onda de movimentos reivindicatórios muito grande neste País. E esses movimentos reivindicatórios, pelo menos, ainda estão adstritos aos sindicatos ainda estão ligados a regras estabelecidas de convivência social, diferentemente dos episódios que vivemos no Rio de Janeiro e em Goiânia.

São essa as preocupações que trazemos; do nosso ponto de vista é preciso repensar essa situação, é preciso que esse plano dê certo. Nós, os assalariados que arcamos com o ônus maior, temos a consciência de que é preciso que o plano dê certo para que possamos sair do outro lado. E enquanto as centrais sindicais já se manifestam e falam em greve geral — estamos nos preparando para esses movimentos reivindicatórios, vários sindicatos, inclusive os nossos — o que fizemos? Foram mudadas as regras do jogo, a nosso ver foram subtraídas as conquistas salariais de acordos ou de dissídios que tivemos, começamos a coisa de novo, também, começamos uma nova campanha salarial 87, no sentido de também fazer o nosso pacote na medida das nossas forças, porque a nova legislação nos deixa novamente na situação de começar a reivin-



dicar, começar novamente uma campanha 87. Isso com vista, também, à questão das bandeiras levantadas, de greve geral, de alterações ou complementações que recomponham o poder de salário, que venham nesse bojo e não caíam simplesmente num chamamento com a greve geral, sem nenhuma perspectiva de ganho real da classe trabalhadora. Chamar simplesmente para um movimento desse tipo sem que se tenha engendrado, sem que se tenha mobilizado e organizado no sentido de uma campanha salarial que proporcione ganhos reais, acreditamos que o movimento não irá muito longe.

Eram estas as nossas considerações iniciais.

#### 4.4 PAULO GUEDES ( 3 )

##### O SR. PAULO GUEDES

— Agradeço o convite para participar dessa mesa, e acho realmente fundamental que esse tipo de reunião para definir de princípios que pautem o comportamento do Partido devem ocorrer com maior frequência. Está ausente o Senador que apontou a dificuldade de defender ou de contribuir para um pacote econômico do Governo, mas acho que o Partido não deve ficar preocupado com isso, por estar ausente das deliberações que resultaram nesse pacote. Por uma razão muito simples, sou basicamente cético quanto ao pacote e vou dar os motivos. Acho que a forma de enxergarmos o funcionamento da economia não deve ser a partir do pacote, mas nos reportando ao período anterior, não tão perto quanto o Cruzado, um pouco mais longe: O Governo Figueiredo, que teve uma opção entre um desenvolvimento a qualquer preço, uma tentativa de crescimento acelerado, face às pressões que existem políticas sociais, de crescimento econômico, que são os desejos e o contraste entre isso e as possibilidades reais do País e que instrumentos que o País dispõe para fazer a máquina de crescimento andar. Se observarmos, também o Presidente Figueiredo, na época, enfrentou um dilema semelhante a esse do início do Governo José Sarney; ele tinha um Ministro preocupado com os orçamentos públicos, com o controle monetário, com o ajuste do problema internacional, dos juros e do petróleo, e tinha um outro Ministro preocupado com o crescimento e, obviamente, a classe política sempre irá apoiar quem acena com o crescimento acelerado, porque isso é o que todos nós desejamos, em última instância. E tivemos dois anos de crescimento forte, crescemos 7,5%, em 79, crescemos 8,2%, em 80, e o final do Governo Figueiredo foi relativamente melancólico, foi um trabalho de tentar consertar os erros. E se nós observarmos, embora a decisão do Governo fosse crescer, e o País cresceu fortemente em dois anos, a realidade do Governo, no final, foi uma taxa medíocre de crescimento, porque nós caímos 3,5%, com uma recessão, em 81, zero, em 82, — 1,5%, em 83 e só em 84 o País começava a sair do atoleiro novamente, sem resolver o problema da inflação, resolveu a parte externa.

- (3) Paulo Guedes é Economista e Presidente do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais — (IBMEC)

Esta escolha já foi feita, o Presidente Sarney já escolheu, há dois anos. Ele tinha um Ministro ligado ao PFL, preocupado com a austeridade; a orientação do Tancredo eram especificamente essa, “é proibido gastar”. A economia teria crescido, no primeiro ano da Nova República, possivelmente, 4%, ao invés de 8%, mas estaria combatendo a inflação, cortando os gastos, que eram exatamente o difícil, e isso é um pouco o reflexo da nossa fragilidade institucional, porque se observarmos os governos que têm instituições políticas mais desenvolvidas; como, por exemplo, Inglaterra, Estados Unidos, os governantes quando entram têm os ajustes difíceis a fazer e são feitos, a popularidade cai no início do governo, mas depois de dois ou três anos, quem semeia colhe e aí a popularidade volta, e o Reagan foi reeleito, a Thatcher foi reeleita, o governo socialista do Felipe Gonzalez está fazendo um trabalho semelhante, o Governo Mitterrand, que começou com o pé trocado, começou expansionista, termina agora, em prol do crescimento econômico, tendo que ajustar as suas finanças. Então, o importante é percebermos os princípios, discurtir um detalhe se o congelamento é esse mesmo ou se a taxa de juros — vou falar sobre isso, dentro do meu tempo, essas medidas são importantes, só que foram muito bem abordadas pelos outros debatedores e o que me preocupa mais são os princípios. Como foi apontado pelo Senador Marco Maciel, a democracia depende dessas instituições políticas consolidadas que são os partidos. Agora, os partidos precisam ter programas, porque, senão, os partidos ficam contraditórios. Um exemplo típico é o PMDB, que criticava corretamente o excesso de vulnerabilidade do Brasil, no cenário internacional, pelo endividamento externo exagerado. O PMDB, assim que entrou no Governo, representado pelo Ministro Sayad, pedia dinheiro novo — o Brasil, na época tinha um superávit de 12 bilhões de dólares, não precisava de dinheiro novo, estava reduzindo a sua vulnerabilidade, estava aumentando a sua soberania pagando juros e matando a dívida, por um ou dois anos, se a dívida não crescesse, o Brasil se recuperaria. Se o programa inicial, concebido por Tancredo Neves fosse implementado, o combate à inflação inicial, a manutenção do superávit, hoje estaríamos com a inflação em torno de 3 ou 4% ao mês, não uma inflação reprimida como foi no Cruzado e como pode ser essa, mas uma inflação que realmente estaria caindo ao longo do Governo, os investimentos privados voltariam, o País teria crescido 4% no primeiro ano; 4,5 ou 5% no segundo, este ano estaríamos com uma inflação de 3, 3,5% ao mês, crescendo 8%, mas aí sim um crescimento auto-sustentado com aporte de recursos externos, já não estaríamos mais pagando juros, estaríamos recuperando a credibilidade externa, recebendo investimentos, recebendo empréstimos, possivelmente voluntários, porque depende da trajetória do País, existe dinheiro novo para o Sudeste Asiático, Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura, Hong-Hong, todos recebem dinheiro novo, são 48, 50 bilhões de dólares todo ano, porque são economias em movimento, e a economia brasileira não conseguiu ainda sair do atoleiro, e não recebe esse dinheiro novo. Evidentemente não vem dinheiro novo para todo o mundo, os bancos estão sobreemprestados, emprestaram excessivamente, e as economias do terceiro mundo superendividadas. Mas uma economia do mundo, uma inflação baixa, provou a capacidade de gerar superávits externos, receberia, normalmente, recursos na medida em que provasse que é um País



sério.

Então, o importante é discutir esses princípios, o PMDB era a favor da reforma tributária e o PMDB teve dois anos um principal instrumento político de negociação de um programa de austeridade era a reforma tributária. O Sayad, no Ministério do Planejamento, esteve dois anos com esse instrumento na mão e não usou, por quê? Porque, o Partido falava isso mas não era realmente uma convicção. A partir do momento em que todos os governadores são eleitos, aí passa ser realmente uma coisa feita até de uma forma desordenada, em troca de discussões que não são as mais importantes. Quer dizer, se um governador critica o Presidente, ou sugere que não vai apoiar o mandato, na mesma hora tem que haver um afrouxamento de recursos para aquele Estado para, de certa forma, coordenar a opinião daquele governador. Então, temos que ter princípios. Nesses dois anos em que eles tiveram esse instrumento — por que a reforma tributária era importante? Porque ela permitiria dar legitimidade a um programa de austeridade. Você negociaria com os governos dos Estados, Municípios, Deputados, Prefeitos e Vereadores, o seguinte: existe uma dívida social a ser resgatada; o Governo não investiu o suficiente em habitação, saúde e saneamento. Porque é isso que vai fazer a redistribuição de riqueza, que é mais importante ainda que de renda, e redistribuição de riqueza, as oportunidades para que as pessoas com boa educação, casa popular e nutrição etc. possam ascender na escala social. Então, isso poderia ser negociado; para resgatar a dívida social, restaurando o princípio do federalismo, façamos não uma reforma tributária fisiológica, mas uma reforma tributária consensual, onde esses recursos começam a fluir em troca do apoio parlamentar para cortar os gastos a nível federal que foram excessivos, com programas como a Nuclebrás, a Ferrovia do Aço — que não acabou — como a Norte-Sul, que quase foi feita agora, que não são programas prioritários hoje. O PMDB, que era a favor da reforma tributária, como esse não era um princípio sólido instalado no Partido, não a fez, apesar de comandar a política econômica por dois anos.

Preços públicos congelados, que teriam dilacerado as empresas estatais. Isso é verdade, houve um subsídio grande, a máquina industrial brasileira funcionou em cima de subsídios: energia elétrica, aço, combustíveis, etc. Criticavam-se os preços públicos congelados. O que observamos foram dois anos de congelamento de preços novamente, quer na forma do Cruzado I, quer um pouco antes do Cruzado I, quer hoje, novamente, onde damos o reajuste, novamente recongelando; a ciranda financeira criticada, sem se observar que ela realmente existe, mas quem é dono dela é o setor público. O déficit público é financiado através da ciranda. As pessoas tentando proteger o seu patrimônio contra a inflação e, pela incerteza, concentram suas aplicações no curto prazo. Para quê? Para financiar a dívida pública. O Cruzado I tentou desmontar a ciranda financeira, mas houve um erro de concepção. Não se observou que, o déficit público continuando, a ciranda volta. Está ela aí hoje. Por que ela é importante? Ela é o instrumento de financiamento do déficit do Governo. Se você não cortar o déficit, o Governo precisa de dinheiro, e esse dinheiro é

fornecido através dessas aplicações. O princípio da política salarial era não ferir salários reais. O que observamos é uma queda dramática no salário real, por um Partido que dizia que o princípio era não ferir salários reais. Ou seja, ou se administra a economia com competência ou nenhum desses princípios é atingido.

O Partido deveria estar orientado, e daí vem um pouco o meu ceticismo quanto ao novo programa. Essas questões fundamentais não estão equacionadas, será um esforço isolado de um Ministro com boas idéias correções num plano anteriormente implementado, mas sem a capacidade negocial, porque isso ficou adormecido. Daí a importância de os partidos discutirem esses princípios. O PFL tem que saber o que apoiar, não em função de se o Governo, hoje, quer fazer um congelamento ou quer fazer uma liberação de royalties para Estados. Apoio ou não, sem ater-me aos princípios. Imagino que o PFL, como o nome indica, um Partido da Frente Liberal, deveria estar preocupado com uma economia de mercado, com o liberalismo, o exercício da individualidade, dos direitos, a provisão, através de um Estado social, que invista em saúde, educação e habitação, para que esse modelo possa funcionar, e a desestatização, desburocratização, desregulamentação, para que a economia possa se mover. Então, se você tiver esses princípios claros, você não cai nesse emaranhado de curto prazo. O PMDB e os pais do Cruzado diziam que iriam colocar os juros num patamar baixo para derrubar a inflação. O que ocorreu foi que aceleraram a inflação e os juros, até há um mês, estavam mais altos do que nunca foram.

O Governo não corta os gastos públicos porque tem medo da recessão. Provocou uma recessão muito maior do que se os tivessem cortado antes. A economia, em vez de crescer 8%, teria crescido 4%, e o cenário político seria hoje, visivelmente, outro. Tancredo Neves, possivelmente, estaria indo à televisão para anunciar que aceitava constrangido, apesar de só querer quatro anos de mandato, a exigência nacional de que ele fique seis. O País teria crescido 4% no primeiro ano, 4% no segundo, 8% agora, com a inflação em queda e o País em crescimento.

Temos que ter esses princípios claros. A política monetária é que faz o crescimento econômico? É a política fiscal, é o déficit do Governo, que contra-arrasta ou não uma recessão? Não é verdade. O crescimento econômico é um fenômeno de natureza inteiramente distinta; é a ampliação a longo prazo, sistemática, da oferta através de investimento. Isso acontece quando você acumula tecnologia, capital, investimentos maciços em educação, mobilização de recursos naturais, inclusive com aporte de investimentos estrangeiros, capital externo, poupança externa. É muito melhor ter alguém que participe dos destinos do País; se o País tem lucros, as empresas multinacionais ganham; mas se têm prejuízos, não há remessa de juros, ao invés de ficar na mão de um capital de empréstimo, onde você tem que remeter os juros.



Estou colocando essas questões porque isso é crescimento econômico, não tem nada a ver com a política monetária do Banco Central, não tem nada a ver com a política cambial de curto prazo, não tem nada a ver com os gastos do Governo a curto prazo. Se o crescimento econômico fosse produzido por uma política monetária frouxa, por juros baixos a curto prazo, o Paquistão seria um país desenvolvido, porque importava as nossas máquinas, da Casa da Moeda, imprimia bastante dinheiro, e cresceria rapidamente. Mas, não é assim — é com tecnologia, com investimento maciço em capital humano, em educação — o Japão, tem a mesma população do Brasil e, por que o Japão tem um PIB que em 1990 ou, possivelmente, no ano 2.000, vai atingir o PIB norteamericano? Porque ele sabe o que é crescimento econômico e nós não sabemos. Então, eu sou um pouco mais cético quanto ao Plano Bresser. O Plano Bresser vai ser um esforço — nós tivemos um Delfim desenvolvimentista, em 1979 e 1980 — esbarrou nos problemas que os países do Cruzado esbarraram: numa inflação ascendente, numa recessão, na perda de reservas externas e, agora, ele começa a recuar, lentamente, naquela direção, sem a convicção necessária, sem o apoio político necessário. Então, o melhor que nós podemos esperar, é um ano, um ano e meio, se for feito com competência, de dificuldades econômicas enormes, para tentar estabilizar a inflação em torno de 10, 15%, ao final do programa. Por quê? Porque não existe essa convicção.

Nós vamos aprender por que o FMI é odiado. O FMI, no fundo, é um bando de burocratas, de economistas de terceira linha nos Estados Unidos — os de primeira linha vão para as universidades, os de segunda linha vão para o setor privado e os de terceira linha vão para os órgãos públicos. Então, são economistas de terceira linha que recomendam coisas óbvias, que são dramáticas e dolorosas, porque os países em desenvolvimento não as fizeram por 5, 10 ou 15 anos. Então, se o preço do petróleo estivesse com um subsídio só de 3%, o preço do aço com um subsídio só de 3% e o câmbio só 3,5% desajustado, eles chegariam aqui e diriam o seguinte: “Retirem o subsídio do aço — 3,5%, 3,5% do petróleo e 3,5% de maxi — não haveria uma comoção nacional. São coisas óbvias. As estatais são deficitárias e vão quebrar e não vão poder executar os programas de longo prazo como foi bem apontado aqui. Como é que elas vão investir em telecomunicações, em transportes, em infraestrutura, a longo prazo, se elas, tecnicamente, estão quebradas? A SIDERBRÁS tem um patrimônio líquido zero — 100% dívida e zero de patrimônio — a ELETROBRÁS tem 95% de dívida. Então, elas estão tecnicamente falidas e quebradas. Como é que se recupera uma empresa? Você tem que colocá-la no azul — ela estava no vermelho, ela tem que ir para o azul. Agora, se você não fez isso ao longo de 5 ou 10 anos, na hora em que você faz de uma só vez é dramático porque aí você pega todo o parque industrial, toda a população, todo o parque industrial, toda a população, toda a massa assalariada e mostra a conta de 10 anos de desajuste de uma vez só. Aí você dá uma maxi de 30 ou 20%, dá um aumento no aço de 30 ou 20%, dá um aumento no petróleo, dá um aumento na energia elétrica.

Ora, isso não é sem dor. De repente, toda a máquina industrial aprende a trabalhar com a verdade tarifária. Essa máquina, que foi montada em cima de energia barata, de aço barato, de petróleo e combustível barato, de repente ela encara os custos reais e vem a recessão, e vem a inflação, porque, como foi bem apontado, os preços relativos nunca ficam em equilíbrio. Se o Plano fosse só subir o petróleo e o aço e ponto final, a inflação no mês seguinte seria de 2%, 3% e acabou. Mas, não é, começa toda a estrutura, a matriz de custos industriais começa a sofrer o impacto daqueles produtos, agora mais caros. Então, o automóvel que já não tem demanda, não se vende mais o automóvel, ainda assim ele vai subir de preços. Por quê? Porque o aço está mais caro, a energia elétrica está mais cara e para trazer para o Porto de Santos ou para trazer para Belo Horizonte, tirando do ABC paulista, o frete, também, vai custar mais caro. Então, nós vamos assistir mais inflação com recessão e o PMDB vai começar a entender o erro de estratégia. O erro de estratégia — nem sempre você atinge as coisas diretamente. Você tem políticos que buscam o poder diretamente. Um exemplo recente vindo de São Paulo, buscou tão diretamente o poder que ele foi destruído nacionalmente, pela percepção de todos, porque ele buscava aquilo diretamente. Você tem políticos que trabalham — Petrônio Portella trabalhava assim, o Senador Marco Maciel é um exemplo de quem trabalha, hoje, assim — trabalha dentro de uma estratégia de uma concepção maior: o que é bom? Se isso o conduzir, espontaneamente, por um equilíbrio dos pares, à posição maior, isso é uma solução natural. Então, as coisas não são buscadas diretamente. O Paquistão, a Bolívia, a Colômbia, o Brasil como buscam diretamente o crescimento através da fórmula mágica, colocam um Presidente do Banco Central subserviente, um Presidente de Banco Central que cede a pressões partidárias, que não está olhando para o bem do País ao longo de 5, 10, 15 anos, mas que está olhando para como viabilizar uma eleição de um determinado partido nos próximos seis meses, uma eleição crucial que é importante ganhá-la, e tem que colocar juros reais negativos. Ele não estará agindo de acordo com princípios maiores. Da mesma forma, congelamento de preços descongelamento só depois de uma eleição crucial; aumento de carga tributária só depois de uma eleição crucial, ou no interregno entre uma eleição e outra.

Se você não tem esses princípios muito claros, quer dizer, o Banco Central tem que ser independente e o compromisso dele não é buscar o crescimento diretamente, ao contrário, ele faz o papel dele, ele provê a estabilidade no País, do poder de compra da moeda. Os acordos salariais são mais simples, são mais fáceis, ninguém está correndo atrás do salário, não existe essa briga, essa noção de que estou sendo roubado quando um índice é modificado. Os empresários podem calcular e fazer investimentos, porque eles têm noção de que as regras monetárias são estáveis, ele não vai ser, de repente, arrebatado, como foram os empresários filhos do Cruzado, acreditaram, entraram com juros reais negativos, se endividaram e, de repente, a explosão inflacionária, gerou a maior onda de falências e concordatas no País. Então, quem é o bom condutor? É o que facilita no curto prazo ou o que está olhando a longo prazo, montando uma estratégia de crescimento, onde cada um faz o seu pe-



daço, que é até pouco ambicioso.

Ora, para discutir conseqüentemente se o Plano Bresser funciona, sem o amadurecimento dessas questões é muito difícil. Vejo o Ministro Bresser envolvido, pelos próximos dois ou três anos, enquanto durar o Governo, não sabemos se vai ser de cinco anos, se vai ser uma eleição direta depois da Constituinte, se vão ser quatro anos, vejo-o exatamente no mesmo esforço de sobrevivência do final do Governo Figueiredo, tentando organizar uma casa que foi totalmente desorganizada durante dois anos, dois anos e meio.

Então, o que deve acontecer a curto prazo, uma inflação produzida em laboratório, com um vetor de preço que puxa até o dia 22 e computa a inflação apenas por três semanas, essa primeira inflação vai ser baixa, vai ser 3,5 ou 4%, mas aí toda aquela prensa que normalmente é causada quando o FMI chega ao País vai ser sentida agora pelo Governo, por que o preço do aço, da energia elétrica, do combustível vão começar a trabalhar ao longo da economia e esses repasses vão ser feitos, e o gatilho salarial volta e não existe ainda a noção, o próprio Ministro Bresser disse que o déficit não é tão prioritário assim, é importante, mas se a recessão se agudizar ele amplia o déficit. Se ele ampliar o déficit voltamos a inflações de 20, 25%, com uma recessão ainda pior, porque já não há essa capacidade de contra-arrastar a inflação com um pouco mais de moedas na economia, um pouco mais de gastos públicos, o processo já perdeu essa qualidade. Esses instrumentos, política monetária, cambial, tributária tem que ter, vindo desse consenso, dessa discussão, o governo empresário, o governo social, privatização ou não, chegando a esse consenso, esse instrumento tem que ter estabilidade, regras tributárias estáveis, regras fiscais estáveis, flexibilidade de preços como a condição normal de negócios, para que os investimentos se processem, e não temos isso e nem uma massa crítica amadurecida o suficiente para garantir isso. Então vamos assistir agora a uma luta de um Ministro com um programa orientado na direção correta, partindo de alguns pressupostos ainda enganosos como, por exemplo, uma inflação inercial, ele afirma todo o dia isso; não conheço uma inflação que saia de zero, há um ano, vá para 5, 10, 25 e 30% e isso é inercial, eu não consigo entender a afirmação de que a inflação é inercial, quer dizer, existe um déficit enorme, crescente e corremos o risco, inclusive, de fazer um arrocho salarial em vão, que é o que foi feito também em 1982 e 1983, quando dávamos 80% dos reajustes salariais do INPC e a inflação continuou apesar do arrocho salarial, porque discordo que são os salários e acho que essa tentativa do Governo vai ser mal sucedida, de criar uma inércia de inflação baixa em cima do alongamento da memória dos reajustes salariais, quer dizer, teoricamente, uma inflação baixa três meses, e a partir daí os reajustes salariais começam de acordo com a média anterior e a inflação já pode ter subido. Isso o Ministro admitiu na sua fala, na Câmara, e acho que isso vai ser, politicamente, muito delicado e não é a solução. Já ouvimos da inflação do petróleo, da inflação do chuchu, já ouvimos da inflação da máxi, agora a inflação do salário; a inflação é reflexo da profunda desorganização orçamentária do

País: descontrole monetário, descontrole fiscal, incapacidade de fazer as opções fundamentais. Isso é explicável, porque o Brasil é um País que durante 20 anos não pode discutir esses problemas de uma forma aberta.

## 5. DEBATES:

### O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA

Quero pedir aos debatedores, se tiverem algumas notas que possam ser copiadas, porque alguns companheiros manifestaram desejo de tê-las, mesmo que elas não estejam completamente estruturadas, enfim, que pudessem ser passadas às mãos dos que estão aqui participando desse debate.

O plenário agora pode se manifestar. Quem desejar fazer alguma interpeção peço apenas que diga o nome, a função e dirija especificamente a pergunta a esse ou aquele debatedor.

#### 5.1 – PERGUNTA: DEPUTADO MANOEL CASTRO RESPOSTA: MARCO C.C. ALBUQUERQUE

### O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO

— Eu gostaria, antes de formular uma pergunta, de fazer um rápido comentário, primeiro contra a colocação do Paulo Guedes, e dizer que efetivamente essa é uma questão que nós temos tentado discutir no partido, mas que tem sido muito difícil. Apesar do esforço, principalmente da sua direção e esforço, por todos os títulos meritórios do Instituto Tancredo Neves e do nosso companheiro Lúcio Alcântara, mas até mesmo em coisas menores... Recentemente eu tive a oportunidade de elogiar um trabalho interno, solicitado pelo Instituto Tancredo Neves, onde traçava alguns comentários de uma forma até simples, mas muito didática, sobre questões do próprio liberalismo, a visão econômica do próprio liberalismo quanto à economia de pontos como a estatização. Qual é a visão, porque, na realidade, o PFL tem Ministros ou Ministérios que têm uma postura eminentemente estatizante, e que de certa forma é defendida por muitos de nós, inclusive por mim próprio. Dentro dessa questão, nós temos conseguido sensibilizar mais profundamente essa discussão, e algumas vezes até criticado porque, em várias intervenções em reuniões internas, nós temos insistido que posição não é ficar contra ou a favor do Presidente Sarney, contra ou a favor do PMDB, da Aliança Democrática, mas sim que o Partido tenha uma posição sobre o modo de ver a Nação brasileira, e o seu lado político, econômico, etc., e se posicionar em relação a isso. Mas nós temos tido essa dificuldade.

Particularmente, com relação ao Plano Bresser, a preocupação que nós estamos tendo, independente de todos os aspectos aqui comentados, é que na



realidade, além de tudo que foi dito, há um ponto que eu acho fundamental, que foi a própria falta de coragem, vamos assim dizer, de se colocar abertamente, com mais clareza, as consequências do Plano a curto prazo. Se ele tem um objetivo que me parece que todos os expositores, de uma forma ou de outra, concordam é que ele é um plano emergencial, mais voltado para tentar debelar o processo inflacionário; nós tínhamos que dizer que isso ia doer mesmo, e que não podia ser colocado, como foi colocado num primeiro instante, por exemplo, que a poupança não iria ser alterada, que chegou a ser dito pelo próprio Presidente, eu ouvi, todos nós ouvimos, e que gera depois você explicar o óbvio ululante, que não podia ser. E por aí afora, quer dizer a própria negativa, que se deu inicialmente, com relação a problema salarial. Eu tive a oportunidade de ouvir a exposição do Ministro Bresser, ouvi também a do representante do DIEESE, Walter Barelli e, a rigor, quando começou essa discussão nem sequer se admitia que havia uma defasagem. E depois o próprio Governo, o Ministro reconheceu, no plenário, que era de 25%, e na discussão do DIEESE era 37%, ficou um resíduo de 12%, quer dizer, menos de um terço do que estava se discutindo, quer dizer, faltou essa coragem e essa determinação, de dizer: vamos ter essa dificuldade e precisamos de todo apoio. Essas colocações, a meu ver, são importantes, porque preocuparam-me.

Faço a pergunta, agora, dirigida ao primeiro expositor, Marcos Cintra, porque ao final ele disse concretamente que o sucesso dependia da estabilização de preços e também que ele entendia que o Plano Bresser era uma parte e que estava dependendo de um plano com consistência econômica mais amplo. Mas como esse plano ainda está em fase de elaboração, na verdade, nós tínhamos a primeira coisa, que é essa estabilização do preço. A dúvida que eu estou tendo, essa é uma coisa que foi dita por todos, inclusive pelo digno representante da área sindical, Francisco Assis, ele terminou as suas palavras muito enfaticamente: “é preciso que dê certo”, quase que o *slogan* anterior, mas quando todo mundo diz isso, todos os Srs. disseram “é preciso que dê certo”, mas pensam assim: “Esse negócio tem que dar certo, mas eu não me comprometo com ele”. É uma postura nacional, uma postura política, isso ocorre dentro do PFL, muito pior ainda, dentro do PMDB. Vemos todas as categorias, os empregados, os empresários, os intelectuais, os professores — participei de algumas reuniões de conselhos de economia e de universidades — dizendo que precisa dar certo, mas nós não confiamos. Será que no meio dessa desconfiança vamos atingir essa estabilização para que ele dê certo?

Parece uma coisa muito simplória, mas, na realidade, no fundo, a preocupação que tentamos externar é a de que nós estamos correndo um risco muito elevado, na medida em que o plano é fundamental, não o plano em si, mas alguma coisa a ser feita, alguma medida, no entanto, essa estabilização, se ela não vier, então, tudo mais viria por água a baixo. Como conseguir essa estabilização nesse clima de desconfiança tão generalizada?

O SR. MARCO CINTRA CAVALCANTI ALBUQUERQUE

— Pareceu essencial, logo que iniciei a minha fala, o fato de que esse

plano surgiu numa fase em que, psicologicamente, a população estava muito decepcionada com qualquer tentativa de estabilização de preços. Se por um lado isso é ruim, por outro lado é bom, porque nós vivemos, realmente, com o Plano Cruzado I, uma fase absolutamente irreal em termos de uma série de variáveis econômicas e hoje estamos evidentemente, como o Paulo Guedes deixou muito claro aqui, pagando a conta disso.

O que eu me pergunto é o seguinte: havia outra alternativa?

Alguém ofereceu alguma alternativa para estancar essa inflação, que estava em 20, 25%, que claramente não era inercial e estava mostrando tendência de chegar a 30, 40% e entrar num processo hiperinflacionário?

Acho que não havia outra alternativa. Todos aceitam hoje em dia o fato de que efetivamente alguma coisa precisava ser feita. Esse plano veio no sentido de estancar, pelo menos, essas pressões mais imediatas que estavam levando a um processo hiperinflacionário. Agora, se esse plano vai efetivamente resolver os problemas brasileiros, evidentemente que não. Nesse sentido é que eu gostaria até de aproveitar para fazer um comentário à intervenção do Paulo Guedes, de que concordo com quase tudo que ele disse. Pensando a longo prazo, o processo de crescimento econômico não tem nada a ver com o plano de estabilização. Essa é uma distinção que precisa ficar muito clara. O Plano Bresser, — é uma outra coisa que o diferencia do Plano Cruzado, que era um plano de salvação nacional — é um plano exclusivamente de estabilização. Não é um plano quinquenal de desenvolvimento, não pretende fazer política industrial, não tem componentes de reforma tributária ou de qualquer ambição redistributiva dentro dele. É exclusivamente um plano de estabilização, que tenta estancar um processo inflacionário agudo, que tinha, estava tendo, como resultado, perdas salariais brutais e uma recessão inevitável. A inflação estava levando a essa recessão. Então, o que é que ele está fazendo? Estancando as perdas salariais, estancando o processo altamente recessivo no qual nós estávamos envolvidos e, a partir daí se fazer política econômica de longo prazo, que não tem nada a ver com esse plano de estabilização econômica.

**5.2 — PERGUNTA: DEPUTADO FRANCISCO BENJAMIM;  
RESPOSTA: ECONOMISTA PAULO GUEDES:**

O SR. DEPUTADO FRANCISCO BENJAMIM

Gostaria de dizer inicialmente que sou um otimista por natureza. Mas nunca vivi dias de tamanho pessimismo como os que vivo no momento. Esse pessimismo que se acerrou de mim, de uns tempos para cá, nem mesmo o Plano Bresser conseguiu diminuir qualquer grau desse sentimento, porque vejo com muita dificuldade a compatibilização dos aspectos políticos e sociais do Brasil com os aspectos econômicos e com os aspectos institucionais. Produzimos uma Constituinte no bojo de uma das maiores crises da economia do



Brasil, envolvida com uma crise de desordem política, que é a anarquia dos nossos partidos políticos, de nossas lideranças políticas, é uma tarefa, realmente, que eu diria difícil, para não dizer impossível.

Por isso mesmo, vi no Plano Bresser aquilo que já foi dito aqui, uma tentativa de fazer alguma coisa.

Presidente Tancredo Neves apontou uma regra simples, que era proibido gastar. Esta é a base da seriedade deste País, porque se gasta mal, roubando, com corrupção, sem corrupção, por incompetência, mas se gasta mal os recursos públicos que são arrecadados. E nós não aprendemos ainda a lição de fazermos as coisas reais e fazermos as coisas sérias. Por isso mesmo, o meu pessimismo, por isso mesmo, a minha falta — O'Deputado Luiz Inácio da Silva disse uma coisa ao Ministro Bresser — ele que é tão radical às vezes nas suas posições, mas de extrema acuidade — “Não existe Plano Bresser. Existirá um plano para resolver os problemas do Brasil quando nós todos estivermos envolvidos nas soluções dos problemas do Brasil”. E o que nós assistimos hoje, cada segmento puxando para um lado, não há realmente o sentido de entendimento nacional para a construção de um programa econômico que restaure a situação do País. Aqui quero dizer que as Lideranças políticas do País são as mais responsáveis, porque estão todas elas envolvidas nos seus projetos políticos pessoais. Todas, sem exceção, estão envolvidas justamente em posicionamentos pessoais. Ninguém está pensando no programa do Partido. O PMDB, que sustenta a política econômica, tem três políticas econômicas dentro do seu Partido. O nosso, que nasce e que se estrutura, ainda não sabe nem bem mesmo a que apoiar. Nós estamos nos contornos de uma definição, por isso, buscando justamente ouvir e debater para conhecer.

Ficamos a nos questionar se isso realmente não é um fim de linha para tentarmos recomeçar tudo de novo, do zero, e construir a mobilização da sociedade para um programa de recuperação da economia.

O Dr. Paulo Guedes, abordou, por exemplo, a indústria automobilística. Não seria talvez, mais racional diminuir a carga tributária, com o que iríamos aumentar o volume de vendas desses produtos, e, com esse aumento, aumentar o mercado de trabalho? Evidentemente, que na ponta teríamos a questão do controle dos gastos de combustíveis. Essa liberalização precisava ser feita para que todos os setores pudessem aumentar sua capacidade de reinvestir. Acho que esta é uma questão que interessa discutir, como a mim me chamou a atenção um trabalho que li sobre um plano da Bolívia: o repatriamento dos dólares brasileiros. Há os que afirmam que temos qualquer coisa de depósitos em dólares no exterior acima, talvez metade da dívida externa brasileira.

A Bolívia soube repatriar com um mecanismo de remunerar em dólar dentro do seu próprio País. Não seria essa também uma tentativa de nos fortale-

lecermos, porque a explicação que se dá para a baixa do mercado paralelo do dólar, agora, é que é o dólar que está voltando. Para não quebrar aqui dentro, estou trazendo o dinheiro que estava lá fora.

São as questões que gostaria, Sr. Presidente, de colocar e dizer da minha satisfação em que o Partido amplie essas reuniões. Parabenizo V. Exa. pelo seu trabalho, mais uma vez, e congratulo-me com os conferencistas que puderam nos oferecer essa oportunidade.

#### O SR. PAULO GUEDES

— O primeiro ponto era o PMDB ter várias alternativas ou talvez não ter nenhuma, e o PFL está buscando alguma coisa. Acho que o PFL está atravessando ou vai atravessar, certamente, uma crise de identidade séria e acho que esse tipo de discussão vai ajudar. E você não tem que ser radical em nada, obviamente, pode caber ao Estado algumas áreas de investimento em infraestrutura e uma reinversão maciça de recursos na área social: educação, saúde, habitação, isso pode ficar com o Estado. A área siderúrgica, por exemplo, não vejo razão para estar com o Estado, não vejo razão para termos órgãos que, na verdade, representam lobby setoriais, como tínhamos o subsídio do trigo, do açúcar, do álcool.

São lobbies setoriais, não dão mais votos. Algumas obras, inclusive, a Açominas III, por exemplo, que é condenada pelas pessoas que participaram na época — o Ministro Reis Veloso, por exemplo, num livro recente, diz que a Açominas pode parar por ali, não precisava do terceiro estágio. E, na verdade esses são recursos que, primeiro, não vão trazer um aumento de bem-estar significativo. A massa de empregos é pequena, o setor privado poderia tocar aquilo. Com muito menos recursos se poderia gerar milhares de empregos, com estradas vicinais, hospitais, grupos escolares, etc., e que não só são mais eficientes do ponto de vista econômico, porque o maior ativo que o povo tem é a população, o Japão é um bom exemplo, não tem recursos naturais, não tem petróleo, não tem nada, mas tem um investimento maciço em educação. Então, não só eles dão maior retorno, como mesmo politicamente eles dão mais votos. Uma Açominas III dá muito menos votos do que um programa maciço de grupos escolares, estradas vicinais, hospitais, que são coisas de que a população precisa. Acho que o PFL vai ter que enfrentar essa crise de identidade, e vai ser tão fustigado quanto o PMDB. Não tenho dúvidas de que o PMDB vai diminuir numa velocidade enorme, do ponto de vista eleitoral, massa de votos daqui para a frente, até o fim do Governo, mas o PFL, sem ter tido os benefícios de participar das decisões, vai ter os mesmos custos. O PFL vai realmente descer nos próximos 6 meses, 1 ano, em função da crise econômica profunda que vamos atravessar.

Como o Marcos apontou, com esse ceticismo com o Plano Bresser, não quero dizer que houvesse alternativas mais fáceis, talvez houvesse até alternativas mais difíceis como a da Bolívia, que foi apontada aqui, que é um choque



ortodoxo. E não tenho a menor dúvida que daqui a 2 ou 3 anos, a Bolívia vai estar, em relação à Bolívia, numa situação muito melhor, do que o Brasil vai estar em relação ao potencial do Brasil, porque ela teve coragem de enfrentar o problema de frente, paga um custo alto no primeiro ano, está enfrentando uma recessão, mas está recuperando a capacidade de crescer, a credibilidade, a massa de investimentos, não só externos, como a repatriação da fuga que os residentes mandaram para fora. Daqui a 2 ou 3 anos ela vai estar em performance muito melhor do que estaria, e o Brasil poderá ainda estar no atoleiro. Porque, como disse o Marcos, eu concordo, é pedir demais do Ministro Bresser, frente a todas essas indefinições, que ele resolva tudo. Ele não vai resolver tudo. Mas também é pedir demais, achar que não tendo todos esses instrumentos, ele vai conseguir resolver o problema. Ele não vai conseguir justamente por falta desses problemas. O melhor que podemos esperar, eu acho que é como a Saúde, você não perde num dia e também não recupera num dia, é um processo. A escolha foi errada no início, nós queimamos capital político, queimamos reservas, queimamos potencial de crescimento, e isso vamos levar um ou dois anos para recuperar. Vamos atravessar uma recessão com uma volta parcial da inflação. Então, o sucesso do Plano Bresser seria já suficiente que houvesse uma estabilização da inflação em torno de 10 ou 15%. Isso já seria um sucesso, em meio a uma crise econômica que vai continuar, isso é um ciclo, atravessamos isso no passado, do Governo Juscelino para cima, do Governo Jânio/Jango para baixo, pagando as contas, enfrentando FMI, pressões sindicais, etc. Depois o Governo Castello Branco, no início fazendo reformas institucionais, plantando; depois o Governo Delfim, quer dizer o mandarinato do Delfim, em que se considerava um milagre e, na verdade, não era um milagre, era a colheita de um plantio anterior. E agora tivemos a colheita antes, que foi o período Funaro, e vamos pagar.

A questão tributária também vai passar pelo partido. Certamente não há nada mais injusto, e dentro do que o Marcos falou, que é necessária essa reforma tributária do que um imposto indireto, porque ele é regressivo, fortemente regressivo, do maço de cigarros até o automóvel ele penaliza fortemente os de salários mais baixos. Então, em primeiro lugar, deveríamos reduzir a carga tributária. Mas para fazer isso, é o que eu disse, tem que ter o apoio parlamentar. Estados e Municípios, num projeto de descentralização dentro da reforma tributária, têm que chegar a um consenso para cortar gastos suficientes para permitir uma redução de impostos, porque se reduzirmos só os impostos, hoje, o déficit fica maior.

O SR. FRANCISCO BENJAMIM

— Mas isso interessaria aos trabalhadores?

O SR. PAULO GUEDES

— Certamente! O partido vai ter que buscar essas linhas, quer dizer, o Filipe Gonzalez esteve no Brasil e disse que só a energia elétrica é estatal na

Espanha, ele privatizou bancos, no Pacto Mancloa ele tinha controle orçamentário, banco central independente, está recebendo investimento do mundo inteiro, o investimento japonês vai para a Espanha. É um sistema quase de economia de mercado, entrou no Mercado Comum Europeu, está competindo, é uma questão de pragmatismo, seja o socialista Filipe Gonzalez, seja a Thatcher, eles estão promovendo um uso adequado desse sistema de mercado, ao invés de um uso inadequado e concentrador como o que temos hoje. Então acho que essas teses seriam populares. Com a redução da carga tributária você estará formando milhares de médios empresários, e a própria classe média, que paga uma carga tributária alta, para arrecadar recursos e jogá-los num projeto onde há quatro ou cinco grandes construtores, empreiteiras que são beneficiadas por aquela obra altamente concentradora. Então acho que essa é uma tese popular.

Acho que o Partido devia, dentro de uma diretriz de maior linha liberal, pedir a redução da carga tributária de uma forma inteligente, quer dizer, buscando apoio parlamentar, cortar gastos que são hoje desnecessários, uma parte disso é canalizado para os Estados e Municípios, para o resgate da dívida social, e a outra parte é corte mesmo, que, inclusive, me permite reduzir a carga tributária.

### 5.3 — Deputado PAES LANDIM;

Senador MARCONDES GADELHA;

Deputado MANOEL CASTRO;

MARCOS CINTRA C. ALBUQUERQUE,

### O SR. DEPUTADO PAES LANDIM

— Sr. Presidente, quero parabenizar o eminente Presidente Lúcio Alcântara, por essa iniciativa, lamentando não ter assistido desde o início o primeiro conferencista e o texto completo da exposição do segundo, porque houve também o problema de comunicação social e eu imaginava que fosse no próprio Instituto, por isso o meu atraso. O que deduzi da exposição do Professor Marcos Cintra é que essas exposições foram da maior importância e realmente o Partido precisava, o maior número de vezes possível, ouvir exposições dessa natureza; os enfoques foram ricos. Economia é realmente um assunto racional e tem que ser desprovida da conteúdo demagógico ou ideológico, populista, como têm sido as análises feitas a nível político, sobretudo aqui no Congresso Nacional.

Assisti, ao final da palestra do Lawrence Phy, de quem sou leitor assíduo, no jornal O Estado de S. Paulo, e ele disse:

O ilustre representante do DIEESE, o Francisco, também dentro da ótica de um Departamento Intersindical da maior competência, pode-se even-



tualmente, discordar em alguns pontos de vista, mas sua colocação também foi realista, foi séria, fez suas objeções ao Plano Bresser, mas disse que é importante que le dê certo, desde que traga acréscimo ao salário real dos trabalhadores. E o Paulo Guedes, jovem economista, foi muito feliz — concordo plenamente com ele. Se tivéssemos seguido o plano original do Dr. Tancredo Neves, ele estaria realmente dizendo à Nação que lamentava ser obrigado a aceitar mais dois anos de mandato, porque acho que ele foi muito bem, que o Plano Bresser precisa dar certo, mas para isso é preciso que a Administração Pública haja com coerência, com um princípio que o Paulo Guedes defende, dentro daquela ótica que Tancredo Neves imaginava para o dinheiro público. A colocação do Lawrence Phyllis foi importante nesse sentido e vem dentro da coerência com que ele vem escrevendo sempre no *O Estado de S. Paulo*.

Lúcido naquela sua filosofia do não gastar, Tancredo Neves, mostrou em seu primeiro discurso à Nação que estava preocupado em sanear as finanças públicas, a fim de dar uma arrancada mais segura e mais estável à economia brasileira, levando-a para patamares compatíveis com a dimensão econômica do nosso País. Mas, infelizmente o “funarismo” assolou o País, contra o que, me parece, o Professor Bresser, pela sua própria figura de Professor, de homem simples, sem nenhum messianismo terá de lutar. Confesso que tenho muitas esperanças no plano, desde que aquelas premissas que o Sr. Lawrence Phyllis e o Sr. Paulo Guedes aqui trouxeram, de racionalidade dos gastos públicos, de respeito, sejam verdadeiras, porque ainda hoje soube, através de um ilustre colega de faculdade, do Rio de Janeiro, que é ligado à Previdência Social, que me comunicou um fato da maior gravidade.

Não sei se realmente essa notícia tem procedência: o Ministro Raphael de Almeida Magalhães, preocupado com a demagogia e o populismo, estaria transferindo para os Estados todos os recursos da Previdência Social, na área do INAMPS, alegando o princípio, — descentralização. Acontece, segundo a denúncia desse meu amigo, que seria uma maneira apenas indireta de, à custa da saúde do povo brasileiro, transferir recursos para os Estados, em caixa única, para os Estados pagarem despesas de custeio, etc., quer dizer, em detrimento, dos aspectos mais desprezados pela elite brasileira, nas últimas duas décadas, exatamente a saúde, a educação, o saneamento básico do nosso País.

Então, se medidas dessa natureza, e outras que se insinuam de que o Ministro Aníbal Teixeira também tentaria, a modo próprio, conduzir certas ações, na sua área de Planejamento, forem verdadeiras, realmente o Plano Bresser não vai ter futuro. Se ele não tiver futuro, as instituições, por isso, também não terão, porque não acredito que a sociedade brasileira resista outras decepções e vai nos debitar, a nós, instituição política, esse processo — e isso, realmente é uma das coisas que mais me fazem tremer. Estou sentindo o possível êxito do parlamentarismo aqui, porque o Congresso está levando as coisas um pouco de barriga: aprovamos projetos de lei, decretos-leis sem o exame das Comissões técnicas com paraceros orais, no “oba-oba”, e não fo-

41

descompressão, que se proclama para daqui a 30 dias: nos vamos ter, de novo, uma explosão brutal, porque as empresas estão paradas, no momento, elas estão paradas porque não tinham condição de investir com a inflação, naquela altura, não tinham condições de fazer previsões nem para 15 dias, quanto mais para uma política de médio e longo prazos. Mas, neste momento, elas estão paradas por falta absoluta de liquidez, de recursos para investir.

Então, como é que nós vamos conjugar essa saída do congelamento, a necessidade de aumento da oferta interna e, portanto, uma política de investimentos, com esse rigor, com essa política monetária rigorosa que se anuncia aqui? Como é que nós evitaríamos esse erro? Em última palavra, como evitaríamos esse erro do Plano Cruzado I, de não ter definido previamente uma política de investimento prevendo uma exacerbação da demanda?

Como vamos evitar, agora, esse erro?

O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA

— O Senador Gadelha dirige a indagação especificamente a algum dos conferencistas, ou pode ficar a meu arbítrio essa escolha?



— Ao seu alvedrio, como diz Jânio.

O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA

— Com a palavra o Sr. Marco Cintra Cavalcanti Albuquerque, atendendo à sugestão do Deputado Manoel Castro.

O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO

— A sugestão é óbvia, porque ele abordou a maior parte das coisas perguntadas durante a sua exposição.

O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA

— V. Exa. gostaria de aditar alguma coisa?

O SR. DEPUTADO MANOEL CASTRO

— Eu queria referir-me especificamente ao que foi citado aqui, os episódios recentes de Goiânia e do Rio de Janeiro, com relação ao problema do transporte. Esse é um exemplo concreto de como o Governo está completamente incompetente para tratar das coisas de grande interesse social. O Sr. Marcos colocou inicialmente, com muita propriedade, o problema dos objetivos, entre eles o problema da distribuição de renda, do desequilíbrio através de uma reforma tributária que foi tão mal trabalhada na própria Constituição, como tantas outras coisas. A questão urbana e a questão do transporte coletivo, basta dizer, tiveram a menor Subcomissão, porque as pessoas não se interessam, embora esta Casa abrigue tantos e tantos ex-prefeitos de Capitais, como é o meu caso. O que quero dizer é que nós havíamos alertado sucessivamente ao Governo sobre essa questão do transporte coletivo. Nós, prefeitos de Capitais, inclusive o Sr. Mário Covas, entre outros, levamos a situação e tivemos um debate com o Presidente da República, do tempo do Presidente Figueiredo. Insistimos e há uma série de documentos internos, inclusive porque a Bahia foi palco de um caso muito pior do que o do Rio de Janeiro, porque, no Rio de Janeiro, com toda a zoadá, quebraram-se 130 ônibus e na Bahia foram mais de 800 ônibus atingidos. Então, era previsível, era uma coisa que quem tem alguma familiaridade com o assunto sabia que ia acontecer. O FND, por exemplo, em nenhum momento foram aplicados os recursos do compulsório, que eram para o transporte urbano. A área de transporte urbano, inclusive, poderia até ativar algumas empresas industriais que estão aí ociosas, paralisadas ou falidas, com um sistema ou outro tipo de equipamento. Então, dentro dessa linha, há uma área em que muito poderia ser feito e que não está sendo feito, por absoluta falta de sensibilidade. É um absurdo, num determinado momento, misturar as duas coisas. Se alguém se aproveitou, se houve um pouco mais ou um pouco menos de agitação, não tem nada a ver. Tem a ver sim, porque o Governo pregava a construção da Ferrovia Norte-Sul e aquilo que nós falávamos anteriormente. Quando o Partido não se posi-

cionava, dizer que era um absurdo, que o Governo poderia aplicar muito menos do que imaginava na Ferrovia Norte-Sul com um resultado social incorpavelmente superior, inclusive pela qualidade de vida, porque, nos grandes centros urbanos, o problema do transporte coletivo interfere na qualidade de vida, que tem a ver com a produção dos empresários, com a produção industrial, comercial, de serviços, do que quer que seja, pela péssima qualidade.

Essa a oportunidade que eu quis ter para a reflexão dos senhores.

#### O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA

— O Sr. Marco Cintra vai comentar as duas intervenções. Depois, se algum dos membros da Mesa desejar fazer ainda alguma referência, terá essa oportunidade. Em seguida vamos encerrar, dado o adiantado da hora.

#### O SR. MARCO CINTRA CAVALCANTI ALBUQUERQUE

— Gostaria de ser o mais breve possível, mas a questão levantada pelo Senador Gadelha, realmente, foi um dos equívocos que eu levantei na minha intervenção inicial com relação ao Cruzado I, ou seja, acreditava-se que a demanda criaria a sua própria oferta. E mais ainda, isso pode até ser verdade a longo prazo, como uma tendência histórica, isso pode até ser verdade, e é verdade. Mas não faz sentido se imaginar que num período de meses, como se imaginou durante o Cruzado I, a oferta acompanharia o crescimento na demanda. Esse é um ato de voluntarismo econômico que, evidentemente, não poderia, como efetivamente não se consubstanciou. O que acontece? As pessoas não acreditando que a estratégia antiinflacionária efetivamente vá sustar o crescimento da inflação, e dessa forma possibilitar o crescimento econômico, os agentes econômicos não vão investir. E aí o que eu gostaria de deixar claro é o seguinte: não é a taxa de juros a variável mais importante na taxa de investimento, é uma delas, mas possivelmente a taxa de investimentos seja até bastante inelástica com relação à taxa de juros, porque o grande determinante da taxa de investimento, antes taxa de juros, é muito mais a expectativa de retorno que o empresário vê à sua frente, é a expectativa da sua taxa de lucro. Essa sim é a variável mais importante, aquela que vai efetivamente definir se os investimentos serão ou não feitos pelo empresariado. O que aconteceu durante o Plano Cruzado? Havia uma exacerbação muito grande da demanda, o problema de âgios, evidentemente um desabastecimento muito grande, mas não se observaram os investimentos, embora com taxa de juros baixas, por quê? Não havia confiabilidade no plano, não houve uma sinalização correta para os empresários no sentido de que a inflação estava sob controle e que efetivamente se conseguiria entrar numa trajetória de crescimento auto-sustentado. Esse para mim é o problema fundamental e que realmente explica o por que a taxa de investimentos no ano passado se restringiu, e os investimentos se restringiram quase que exclusivamente à superação de alguns gargalos de produção. Mas não se viu, efetivamente, investimento de aumento de ca-

pacidade. Isso realmente não aconteceu, como até agora ainda não acontece. A não ser que realmente se acredite na superação da inflação e que o plano venha a ser viável é que poderemos começar a pensar em termos de um aumento nos investimentos.

É evidente que o Governo, até um certo ponto, pressionado por esses fatos, criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento, e aí só se pode efetivamente lamentar que esses recursos tenham efetivamente, primeiro, permanecido como uma reserva financeira do Governo durante longo período de tempo, depositados no Banco Central e evidentemente utilizados para as suas coberturas de caixa, e quando começaram a ser utilizados o foram de maneira também pouco satisfatória, no sentido de que metade deles está sendo utilizada para o saneamento das empresas como a SIDERBRÁS e ELETROBRÁS.

Realmente, é um problema essencial no equacionamento do crescimento econômico brasileiro, mas me parece que o Plano Bresser não pode e nem deve abordar de imediato esse plano, como eu disse agora há pouco. É um plano essencialmente de estabilização econômica. Um plano de investimento, um plano de planejamento do problema industrial, terá que vir a reboque, como precisa vir também um plano de reforma tributária, um plano habitacional muito bem levantado, um plano de reforma urbana. Enfim, uma série de outras medidas complementares que se tornam essenciais para que o sucesso desse plano de estabilização seja duradouro, caso contrário nós vamos ter o repique inflacionário rápido e a volta da situação pós-Cruzado I, que nós lamentamos profundamente.

#### 5.4 – INTERVENÇÕES FINAIS:

FRANCISCO DE ASSIS ADERALDO;

LAWRENCE PHY;

PAULO GUEDES

#### O SR. FRANCISCO ASSIS ADERALDO

— Para finalizar, a respeito, basicamente, de uma intervenção do Deputado Benjamim, quando ele sugeriu que a tese, por exemplo, se o Brasil se refletisse no exemplo da Bolívia, com a sugestão da repatriação dos dólares que estão no exterior, nós temos um fato recente e desalentador, que é exatamente o contrário, é a questão de um repatriamento às avessas, no caso, que foi a transação da fábrica da Coca-Cola com o Grupo Vidigal, que repatriou para os Estados Unidos 1 milhão e 200 mil dólares, ou seja, basicamente um mês do pagamento do serviço da dívida externa, numa operação feita às escâncaras, com o conhecimento de toda a Nação e tendo sido noticiado que essa transação foi facilitada, através de um esquema flexível acertado com o Banco



Central, inclusive com a interveniência do City Bank, do City Corpo. Infelizmente, além de não se ter essa sugestão de repatriar os dólares originados aqui no Brasil e que estão no exterior, nós ainda temos este exemplo negativo, recente e feito abertamente, apadrinhado inclusive pelo Banco Central. Isso pode ter passado despercebido a alguns dos senhores, mas isso foi inclusive divulgado para a imprensa, essa fábrica que foi adquirida pelo Grupo Vidigal, um grupo do Banco Mercantil de São Paulo.

Em relação, para finalizar as considerações que nós fizemos de início, ao Plano Bresser como um todo, de estabilização financeira, de estabilização econômica do País, nós também temos nossas dúvidas e nossa descrença em relação a essa estabilização pelos motivos que nós colocamos, como ele foi direcionado em relação à questão salário, à questão distribuição de renda, e em relação às próprias recomendações do FMI.

Também queremos salientar que a crise de credibilidade se dá igualmente em relação a alguns fatores, por exemplo: ao mesmo tempo em que era sinalizada realmente a possibilidade desse Plano e de medidas de congelamento, não se dotou, por exemplo, os órgãos de fiscalização, a SUNAB, não se acionaram os organismos de governo para fazer face a essa fiscalização, para fazer valer o congelamento, além de não se obter mais, pela falta de credibilidade, a mobilização popular que houve em relação ao Cruzado I, quer dizer, o Governo não se preparou e não implementou uma estrutura de fiscalização que nos desse sinais de seriedade, realmente, da fiscalização e da manutenção desse congelamento.

E a própria questão, se observarmos, dentro desse critério de seriedade e de intenções realmente de estabilização da economia, que os preços dos contratos das empreiteiras, das aplicações rentistas, da desvalorização cambial e até das prestações do Sistema Financeiro de Habitação foram corrigidos com base na inflação de julho e os salários não, nós chegamos à conclusão de que esse Projeto de estabilização social está seriamente comprometido, na medida em que os assalariados estão onerados por essas medidas.

Queremos encerrar a nossa participação, agradecendo aos Srs. Deputados, agradecendo aos Srs. Senadores e parabenizando ao Presidente do Instituto Tancredo Neves, nosso conterrâneo Lúcio Alcântara, pela oportunidade de aqui participar e de trocar essas experiências que enriquecem a democracia e nos enriquecem pessoalmente, pela troca de informações e de conhecimentos.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA

— O Sr. Paulo Guedes com a palavra.

O SR. PAULO GUEDES

— Queria basicamente agradecer a oportunidade de ter vindo e parabenizar o Instituto pela iniciativa.

O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA

— Lawrence Phy.

O SR. LAWRENCE PHY

— Queria comentar, para esclarecer, a título de dados, a operação Vidi-gal com a Empresa Coca-Cola não foi de 1 bilhão e 200 milhões de dólares, mas sim de US\$ 60 milhões, primeiro, é um número que tem que se corrigir. Segundo, o Banco Central neste momento, esboça um plano de conversão de dívida para investimentos no País.

O Chile teve uma experiência interessante que consistiu em um projeto de conversão em que conseguiu internalizar em torno de um bilhão e meio de dólares, que representa 10% da sua dívida, dívida total. É um mecanismo que o Chile adotou, repatriando uma parte dessas reservas que foram para o exterior clandestinamente e que trouxe de volta, através de mecanismos de mercado.

O importante disso, no meu entender, e que os Congressistas vão entender, de que há necessidade de deixar o mercado se comportar de uma forma livre, a livre iniciativa e o comando de mercado têm sua lógica própria e não estão sujeitos a ingerências de ordem de projeto de política pessoal ou de outras formas de intervenção.

O Governo como um todo, a nível municipal, estadual e federal intervém cada dia mais na economia. É necessário que todos nós compreendamos que essas intervenção só trará um atraso para o País, na medida em que o Governo participa mais e mais da economia, ela empurra para fora a única forma de administrar eficientemente a economia, que é o setor privado.

Então, dentro dessa ótica, é muito importante lembrar que devemos divorciar a economia da política; é muito importante deixar o mercado agir como ele tem a sua lógica e coerência próprias.

Gostaria de agradecer esta oportunidade de poder tecer alguns comentários e parabenizar o Instituto por esse evento.

## 6. ENCERRAMENTO:

O SR. DEPUTADO LÚCIO ALCÂNTARA :

— Quero, para encerrar os trabalhos da nossa reunião de hoje que, creio, foi bastante interessante e realmente muito produtiva, na medida em que as contribuições foram sérias, foram objetivas. Vamos publicar suas palestras o mais rápido possível, para que cada um dos nossos companheiros possa ajuizar realmente as diferentes abordagens que foram feitas aqui.

Dizia um parlamentar que a política é a vocalização das aspirações da sociedade. E a economia é o limite a essas mesmas aspirações. Vimos aqui que há realmente uma série de fatores e de elementos interdependentes, interligados, que nos colocam diante de problemas ao mesmo tempo graves, próximos e que exigem posicionamentos políticos, e para que se possa adotar uma posição com serenidade, com segurança, há necessidade inclusive que nos informemos suficientemente sobre todas essas questões.

Quero agradecer, para concluir, a presteza com que os debatedores atenderam ao nosso chamado a maneira cordial e pronta com que se prestaram a vir até aqui e ter esse encontro conosco, esse debate, essa discussão, que, tenho certeza, é de grande importância, porque nós mesmos tivemos ocasião de nos dar conta de determinados aspectos, que muitas vezes, por mais atentos que estejamos, não os percebemos, até porque nós somos diariamente bombardeados por uma série de informações e de solitações que, em muitas ocasiões, impedem que se tenha essa visão mais profunda em relação a determinados problemas.

Muito obrigado aos debatedores e a todos que prestigiaram essa iniciativa.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 11 minutos).





Composto e Impresso na:



GRÁFICA E EDITORA IDEAL LTDA.

SIG 08 Lote 2265 Fone (061) 225-6446  
Brasília — DF

